



ALFA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ouvvidoria: 0800-7220140

Senhores Acionistas,
Temos o prazer de submeter à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco"), que incluem suas controladas diretas e indiretas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do respectivo Parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contém os dados necessários à análise da performance do Banco nos exercícios. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

CENÁRIO ECONÔMICO
O ano se iniciou com a posse do presidente Jair Bolsonaro e com a expectativa de que o novo governo, que assumiu com o compromisso de uma agenda de ajuste fiscal, levasse adiante a crucial reforma da Previdência e ao mesmo tempo colocasse a economia novamente em condições de apresentar crescimento sustentado mais forte.

A despeito da boa avaliação inicial tanto da equipe liderada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, quanto da agenda proposta, no decorrer do primeiro semestre as dificuldades para a tramitação da Reforma da Previdência passaram a exigir foco total do governo. Assim, a agenda paralela, baseada na desregulamentação e desburocratização da economia, simplificação tributária, revisão dos gastos e regras fiscais, reforma administrativa, privatizações e concessões, investimentos na melhoria da área de infraestrutura e abertura comercial, acabou sendo adiada ou colocada em segundo plano.

A despeito das dificuldades da articulação política para garantir sua tramitação no Congresso, a Reforma da Previdência acabou sendo aprovada no segundo semestre. Com a aprovação prevista para os próximos 10 anos de mais de R\$850 bilhões, essencialmente acima do inicialmente esperado pelo consenso, a reforma foi considerada robusta e essencial para garantir uma trajetória de solvência nas contas públicas.

O foco na reforma em detrimento da agenda de crescimento, entretanto, cobrou seu preço. Conforme não se confirmaram as expectativas mais otimistas quanto à retomada dos investimentos, do consumo e uma redução mais significativa da taxa de desemprego, as expectativas para o crescimento do PIB foram gradualmente sendo revistas para baixo ao longo do ano. Vivendo criar um impulso extra, ainda que pontual e governo anunciou no final de julho, a liberação parcial de recursos das contas ativas do FGTS, com efeito pontual estimado em 0,35% do PIB. Ainda assim, ao final do ano, a estimativa do consenso para o PIB de 2019 apontava para uma expansão de 1,15%, similar à registrada em 2018.

Em paralelo, o cenário internacional também se mostrou adverso em 2019. Em meio à continuidade das tensões no conflito comercial entre Estados Unidos e China e também às indefinições quanto ao futuro da União Europeia e do Reino Unido após o BREXIT, o quadro de elevadas incertezas continuou a pesar sobre o cenário global, afetando negativamente as expectativas de crescimento em diversas regiões do Mundo. Respondendo a esse cenário, os principais Bancos Centrais sinalizaram ao longo do ano a disposição de proverem um ambiente de maior liquidez adiante, se e quando necessário, com o *Federal Reserve* Americano e o Banco Central Europeu efetivamente reduzindo juros entre o segundo e terceiro trimestres.

No Brasil, o plano de fundo do risco de desaquecimento global aliado ao menor crescimento doméstico acabou por resultar em um quadro de menor pressão inflacionária durante grande parte do ano. Isso permitiu que também aqui o Banco Central desse início a um ciclo de afrouxamento monetário, assim que o cenário de afastamento do risco fiscal dado pela proximidade da aprovação da Reforma da Previdência permitiu. Entre julho e dezembro, o Copom reduziu então a taxa Selic de 6,5% a.a. para 4,25%, o novo patamar mínimo histórico. Um choque de oferta pontual, entretanto, impediu que a inflação encerrasse 2019 abaixo do centro da meta. A alta global dos preços de proteína animal, decorrente da epidemia na China de gripe suína africana, afetou também os preços brasileiros no último bimestre no ano, e assim, a inflação medida pelo IPCA acabou encerrando com elevação de 4,31%, contra uma meta de 4,25%.

Com relação às contas fiscais, o esforço do governo para controlar as despesas e a trajetória fiscal teve sucesso e, contando ainda com recursos adicionais decorrentes do leilão das reservas de petróleo do pré-sal, o Governo Central encerrou o ano de 2019 com um déficit primário de R\$ 95 bilhões, cumprindo com folga a meta de um déficit de R\$ 139 bilhões. A dívida bruta do setor público consolidado recuou para 75,8% do PIB ao final de 2019 de 76,5% do PIB ao final de 2018 - primeira queda desde 2013 -, contando também com o benefício da devolução de recursos do BNDES e da

redução das reservas internacionais. As contas externas, entretanto, mostraram deterioração ao longo do ano, com o déficit em conta corrente atingindo US\$ 50,8 bilhões, equivalente a 2,8% do PIB, contra 2,2% do PIB em 2018, principalmente em função de uma retração das exportações. O fluxo de entrada de investimento estrangeiro direto no país, entretanto, manteve o patamar observado no ano anterior, ainda cobrindo com folga o déficit em conta corrente, ao contabilizar a entrada de US\$ 78,6 bilhões (equivalente a 4,3% do PIB).

Com um cenário internacional menos favorável e o ritmo de retomada do crescimento interno frustrando as expectativas, o Real se desvalorizou 4% em 2019, encerrando o ano cotado a R\$/US\$ 4,02. Dentro desse contexto de contas externas, a autoridade monetária alterou ao longo do ano sua forma de intervenção no mercado cambial, passando a gradualmente reduzir seu estoque de swaps cambiais e a ofertar moeda diretamente, através da diminuição de seu estoque de reservas internacionais, considerado em nível mais que suficiente. Ao final de 2019, as reservas internacionais somavam US\$ 356,9 bilhões, ainda cobrindo 110% do total da dívida externa do país.

DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Resultado do exercício
O lucro líquido do Banco atingiu no exercício R\$ 67.152 mil (2018 R\$ 56.036 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 4,65% (2018 3,99%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 1.443.123 mil (inicial de 2018 R\$ 1.405.468 mil). A cada lote de mil ações do capital social do Banco correspondeu o lucro líquido de R\$ 758,29 (2018 R\$ 632,46). Os juros sobre capital próprio atingiram R\$ 55.747 mil no exercício (2018 R\$ 18.998 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 555,74 (2018 R\$ 154,97) por lote de mil ações preferenciais, em 2019 e 2018 não houve pagamento para ações ordinárias, conforme nota explicativa nº 13. Os juros sobre o capital próprio referente ao primeiro semestre totalizaram R\$ 5.327 mil (2018 R\$ 2.273 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 151,68 (2018 R\$ 235,75) por lote de mil ações preferenciais. Para o segundo semestre de 2019 foi aprovado o valor de R\$ 14.190 mil (2018 R\$ 10.719 mil) correspondente a R\$ 404,06 (2018 R\$ 305,22) por lote de mil ações preferenciais.

Patrimônio líquido
O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 1.488.318 mil ao final do exercício (31/12/2018 R\$ 1.443.123 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 11.727,163 mil (2018 R\$ 16.287,96). A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2019, homologada pelo Banco Central do Brasil em 26/06/2019, aprovou o aumento do capital social para R\$ 697.200 mil mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 18.200 mil. Conforme autorização do Conselho de Administração, o Banco adquiriu no exercício o total de 43.700 ações ordinárias, em Bolsa de Valores e a preços de mercado para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social.

O índice de capital instituído pelo Comitê de Basileia e normalizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 20,06% (31/12/2018 20,42%) ao final do exercício, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê de Basileia.

Rating
O Banco e demais instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, mantiveram suas boas avaliações de risco de crédito em nível nacional junto às seguintes agências de classificação de risco: *Fitch Ratings*: "F1 + (bra)" para crédito de curto prazo, "AA(bra)" para crédito de longo prazo. *Moodys*: "NP1" para depósito global de curto prazo em moeda local, "Ba2" para depósito global de longo prazo em moeda local, "NP" para depósito de curto prazo em moeda estrangeira, "Ba3" para depósito de longo prazo em moeda estrangeira, "BR-1" para depósito de curto prazo na escala nacional brasileira, "Aa1.br" para depósito de longo prazo na escala nacional brasileira.

Recursos captados
O volume de recursos captados pelo Banco ao final do exercício atingiu R\$ 10.292.578 mil (31/12/2018 R\$ 11.263.373 mil) e consolidado R\$ 10.406.606 mil (31/12/2018 R\$ 11.277.163 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 1.865.179 mil (31/12/2018 R\$ 1.911.258 mil) e consolidado R\$ 1.215.717 mil (31/12/2018 R\$ 1.054.520 mil) incluindo depósitos interfinanceiros e a prazo; R\$ 1.127.155 mil (31/12/2018 R\$ 1.050.056 mil) em captações no mercado aberto (individual e consolidado); R\$ 6.040.116 mil (31/12/2018 R\$ 6.486.664 mil) e consolidado R\$ 6.803.606 mil

(31/12/2018 R\$ 7.807.192 mil) em recursos de aceites e emissão de títulos; R\$ 346.595 mil (31/12/2018 R\$ 334.881 mil) em empréstimos obtidos no país (individual e consolidado); R\$ 96.153 mil (31/12/2018 R\$ 112.108 mil) em empréstimos obtidos no exterior (individual e consolidado); R\$ 761.592 mil (31/12/2018 R\$ 831.901 mil) em repasses do país (individual e consolidado) e R\$ 55.788 mil (31/12/2018 R\$ 81.505 mil) em repasses no exterior (individual e consolidado).

Ativos e empréstimos
O ativo total alcançou R\$ 11.887.333 mil (31/12/2018 R\$ 12.829.328 mil) e consolidado R\$ 12.025.399 mil (31/12/2018 R\$ 13.320.347 mil) ao final do exercício. As aplicações interfinanceiras de liquidez e a carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiram R\$ 7.559.056 mil (31/12/2018 R\$ 7.727.115 mil) e consolidado R\$ 8.191.731 mil (31/12/2018 R\$ 9.804.757 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2.790.591 mil (31/12/2018 R\$ 3.448.100 mil) e consolidado R\$ 3.019.087 mil (31/12/2018 R\$ 4.560.109 mil), correspondente a 23,5% (31/12/2018 33,9%) e consolidado 25,1% (31/12/2018 34,2%) dos ativos totais. Representada principalmente por 80,9% (31/12/2018 82,4%) e consolidado 77,1% (31/12/2018 80,1%) em títulos de emissão do Tesouro Nacional. Dessa carteira, 16,3% e consolidado 16,0% (31/12/2018 15,2% individual e 15,1% consolidado) dos títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco e de suas controladas, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN, em mant-las nesta categoria. O Banco e suas controladas mantiveram a sua posição de alta liquidez encerrando o exercício com uma carteira de títulos livres da ordem de R\$ 1.566.285 mil (31/12/2018 R\$ 3.419.736 mil) e consolidado R\$ 1.757.953 mil (31/12/2018 R\$ 3.593.854 mil).

O total da carteira de crédito, incluindo relações interfinanceiras, arrendamento mercantil e garantias prestadas, atingiu o saldo de R\$ 5.116.652 mil (31/12/2018 R\$ 4.829.909 mil) e consolidado R\$ 5.464.723 mil (31/12/2018 R\$ 5.086.577 mil). Merece destaque, a excelente qualidade da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, demonstrada pela concentração de 99,6% (31/12/2018 99,6%) e consolidado 99,5% (31/12/2018 99,5%) das operações classificadas entre os níveis de risco "AA" a "C" em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil, e pelo baixo índice de inadimplência.

O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 14.111 mil (31/12/2018 R\$ 10.936 mil) e consolidado R\$ 14.459 mil (31/12/2018 R\$ 11.402 mil). O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 48.902 mil (31/12/2018 R\$ 44.531 mil) e consolidado R\$ 55.191 mil (31/12/2018 R\$ 54.924 mil), correspondente a 1,6% (31/12/2018 1,6%) e consolidado 1,6% (31/12/2018 1,7%) do total da carteira de crédito e arrendamento mercantil, 6,0% (31/12/2018 5,82%) e consolidado 52,1% (31/12/2018 56,9%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução BACEN nº 4.433, de 27/07/2015.

DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE
Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras do Banco, ou pessoas a ela ligada, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES
Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 17/03/2020, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2019.

AGRADECIMENTOS
É indispensável traduzir o reconhecimento do Banco ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.
São Paulo, 17 de março de 2020

DIRETORIA
Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 17 de março de 2020.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - EM R\$ MIL

| Ativo | Individual | | Consolidado | | Passivo | Individual | | Consolidado | |
|---|------------------|---------------------|------------------|------------------|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Circulante | 7.764.454 | 8.440.051 | 8.535.166 | 9.658.256 | Circulante | 6.548.454 | 6.601.424 | 6.511.345 | 6.137.946 |
| Disponibilidades | 2.303 | 2.834 | 5.861 | 5.960 | Depósitos (Nota 10) | 883.905 | 1.871.200 | 454.223 | 1.014.462 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 04) | 2.957.140 | 2.289.902 | 3.359.261 | 3.152.937 | Depósitos Interfinanceiros | 628.856 | 1.821.912 | 199.174 | 965.174 |
| Aplicações em Mercado Aberto | 556.999 | 682.987 | 556.999 | 682.987 | Depósitos a Prazo | 255.049 | 49.288 | 255.049 | 49.288 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 2.400.141 | 1.606.915 | 2.802.262 | 2.469.950 | Captações no Mercado Aberto (Nota 10) | 1.127.155 | 1.505.056 | 1.127.155 | 1.505.056 |
| Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 05) | 2.512.742 | 3.921.433 | 2.741.238 | 4.133.442 | Carteira Própria | 1.127.155 | 840.061 | 1.127.155 | 840.061 |
| Carteira Própria | 1.311.449 | 3.059.925 | 1.503.117 | 3.234.043 | Carteira de Terceiros | - | 664.995 | - | 664.995 |
| Vinculados a Compromissos de Recompra | 1.092.087 | 774.063 | 1.092.087 | 774.063 | Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 10) | 3.816.333 | 2.740.299 | 4.186.811 | 3.113.095 |
| Vinculados a Prestação de Garantias | 87.289 | 85.817 | 124.117 | 123.708 | Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares | 3.816.333 | 2.740.299 | 4.186.811 | 3.113.095 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 18) | 21.917 | 1.628 | 21.917 | 1.628 | Relações Interdependências | 12.527 | 40.380 | 12.527 | 40.380 |
| Relações Interfinanceiras | 235.661 | 101.425 | 235.661 | 101.425 | Recursos em Trânsito de Terceiros | 12.527 | 40.380 | 12.527 | 40.380 |
| Pagamentos e Recebimentos a Liquidar | 204.275 | 3.337 | 204.275 | 3.337 | Obrigações por Empréstimos (Nota 10) | 442.748 | 128.271 | 442.748 | 128.271 |
| Repasses Interfinanceiros | 31.386 | 98.088 | 31.386 | 98.088 | Empréstimos no País - Outras Instituições | 346.595 | 116.168 | 346.595 | 116.168 |
| Operações de Crédito (Nota 06) | 1.060.014 | 1.255.821 | 1.060.014 | 1.255.821 | Empréstimos no Exterior | 96.153 | 112.968 | 96.153 | 112.108 |
| Carteira - Setor Privado | 1.068.386 | 1.267.899 | 1.068.386 | 1.267.899 | Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 10) | 176.770 | 186.273 | 176.770 | 186.273 |
| (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) | (8.372) | (12.078) | (8.372) | (12.078) | BNDES | 80.311 | 69.159 | 80.311 | 69.159 |
| Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 06) | - | - | - | - | FINAME | 96.459 | 117.114 | 96.459 | 117.114 |
| Carteira - Setor Privado | - | - | - | - | Obrigações por Repasses no Exterior (Nota 10) | 31.148 | 81.505 | 31.148 | 81.505 |
| (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) | - | - | - | - | Repasses no Exterior | 31.148 | 81.505 | 31.148 | 81.505 |
| Outros Créditos | 971.974 | 867.068 | 982.379 | 882.053 | Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 18) | 6.054 | 787 | 6.054 | 787 |
| Carteira de Câmbio (Nota 07) | 85.475 | 97.397 | 85.475 | 97.397 | Instrumentos Financeiros Derivativos | 6.054 | 787 | 6.054 | 787 |
| Rendas a Receber | 3.979 | 4.129 | 2.783 | 2.549 | Outras Obrigações | 51.814 | 47.653 | 73.909 | 68.117 |
| Negociação e Intermediação de Valores | 160 | 980 | 4.503 | 1.666 | Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assementados | 567 | 687 | 567 | 687 |
| Diversos (Nota 08a) | 898.940 | 778.586 | 906.198 | 794.465 | Carteira de Câmbio (Nota 07) | 1.588 | 2.720 | 1.588 | 2.720 |
| (Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) | (16.580) | (14.024) | (16.580) | (14.024) | Sociais e Estatutárias | 18.848 | 16.022 | 19.532 | 16.778 |
| Outros Valores e Bens | 24.620 | 1.568 | 24.882 | 1.668 | Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a) | 10.415 | 6.372 | 23.921 | 20.426 |
| Outros Valores e Bens | 8.635 | 1.166 | 8.757 | 1.355 | Negociação e Intermediação de Valores | 1.036 | 27 | 6.389 | 1.825 |
| (Provisão para Desvalorização) | - | - | (104) | (171) | Diversas (Nota 11b) | 19.360 | 21.825 | 21.912 | 25.681 |
| Despesas Antecipadas (Nota 08b) | 15.985 | 402 | 16.229 | 484 | Exigível a Longo Prazo | 3.841.713 | 4.777.448 | 4.016.829 | 5.731.868 |
| Realizável a Longo Prazo | 3.189.473 | 3.471.884 | 3.481.757 | 3.653.399 | Depósitos (Nota 10) | 981.274 | 40.058 | 761.494 | 40.058 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 04) | 1.785.789 | 2.075.535 | 1.787.847 | 2.078.133 | Depósitos Interfinanceiros | - | 10.651 | - | 10.651 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 1.785.789 | 2.075.535 | 1.787.847 | 2.078.133 | Depósitos a Prazo | 981.274 | 29.407 | 761.494 | 29.407 |
| Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 05) | 303.385 | 440.245 | 303.385 | 440.245 | Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 10) | 2.223.783 | 3.746.365 | 2.616.795 | 4.694.097 |
| Carteira Própria | 254.836 | 359.811 | 254.836 | 359.811 | Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares | 2.223.783 | 3.746.365 | 2.616.795 | 4.694.097 |
| Vinculados a Compromissos de Recompra | 44.930 | 68.484 | 44.930 | 68.484 | Obrigações por Empréstimos (Nota 10) | - | - | - | - |
| Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 18) | 3.619 | 11.950 | 3.619 | 11.950 | Empréstimos no País - Outras Instituições | - | 318.718 | - | 318.718 |
| Relações Interfinanceiras | 24.674 | - | 24.674 | - | Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 10) | 584.822 | 645.628 | 584.822 | 645.628 |
| Repasses Interfinanceiros | 24.674 | - | 24.674 | - | BNDES | 384.988 | 377.184 | 384.988 | 377.184 |
| Operações de Crédito (Nota 06) | 975.888 | 853.250 | 975.888 | 853.250 | FINAME | 199.834 | 268.444 | 199.834 | 268.444 |
| Carteira - Setor Privado | 989.322 | 864.987 | 989.322 | 864.987 | Obrigações por Repasses no Exterior (Nota 10) | 24.640 | - | 24.640 | - |
| (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) | (13.434) | (11.737) | (13.434) | (11.737) | Repasses no Exterior | 24.640 | - | 24.640 | - |
| Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 06) | - | - | - | - | Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 18) | 1 | 3.393 | 1 | 3.393 |
| Carteira - Setor Privado | - | - | - | - | Instrumentos Financeiros Derivativos | 1 | 3.393 | 1 | 3.393 |
| (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) | - | - | - | - | Outras Obrigações | 27.193 | 23.286 | 29.077 | 29.974 |
| Outros Créditos | 98.292 | 102.734</ | | | | | | | |

(01) ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Atividade e estrutura do Grupo: O Conglomerado Financeiro Alfa tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíram o Conglomerado Financeiro Alfa. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A., Companhia Real de Investimento - C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa ("Conglomerado"), que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial). O Conglomerado é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco") é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda. Além destas entidades, o Conglomerado é integrado pela Financeira Alfa S.A. - C.F.I. e o Banco Alfa S.A. - Banco Alfa de Investimento S.A. - C.F.I. são controladas pelo Banco Alfa de Investimento S.A. e as demais negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"). As demonstrações financeiras consolidadas constantes deste relatório foram elaboradas com base nos critérios apresentados na nota explicativa nº 03 "a". Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros. O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santo André e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos. O controlador do Banco Alfa de Investimento S.A. e suas controladas possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nestas demonstrações financeiras: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (P&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Flavia); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa); Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach).

(b) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Alfa de Investimento S.A. foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN"), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), entre essas normas e instruções não foram conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 16/03/2020 e aprovadas pelo Conselho de Administração em 17/03/2020. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Em 28/12/07, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo CPC, dependem de normatização por parte do CMN. Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor real de ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) com exceção das disposições relacionadas a operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

(02) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado. (a) Ajuste do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vendidas são reconhecidas até o 59º dia como receita, e a partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme disposto no artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999. (b) Ativos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados pelos valores de realização e quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002 (vide notas explicativas nº 05 "b" e 18). A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 06 "d"). (c) Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001: I - Títulos para negociação; II - Títulos disponíveis para venda; III - Títulos mantidos até o vencimento. Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existem limitações de capacidade financeira do Banco e de suas controladas de manter os títulos e valores mobiliários. Na categoria "títulos disponíveis para venda" são registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata die, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida: i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata die. As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidas no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado de títulos e valores mobiliários deste tipo de informação e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço. (d) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco e de suas controladas ou para atender solicitações de seus clientes. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "resultado com instrumentos financeiros derivativos". Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002, são classificados de acordo com sua natureza em: • Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado; • Hedge de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido. O Banco e suas controladas não realizaram até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção (hedge) com natureza de hedge de fluxo de caixa. O Banco e suas controladas, conforme descrito na nota explicativa nº 18, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, contratos de swap registrados na B3, classificados como hedge de risco de mercado, tendo como objeto operações de empréstimos obtidos em moeda estrangeira. Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3. As operações de captação designadas para hedge de risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (Dólar x DI) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, assim, na mensuração subsequente reconhece-se em contrapartida ao resultado do período as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras. A efetividade da proteção (hedge), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada através da comparação da alteração do preço dos instrumentos financeiros registrados com as alterações dos instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 18 destas demonstrações financeiras. (e) Ativo permanente: Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos: • Participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 20); • Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: imóveis 4%, veículos e processamento de dados 20% e demais itens 10%; • Amortização, basicamente, de despesas com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos; (f) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. (g) Impostos e contribuições: As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda: 15% mais adicional de 10%, contribuição social: a) 20% para o exercício de 2018; b) 15% para o exercício de 2019; c) 20% para o Banco a partir de 01/03/2020 conforme o artigo 32 da emenda constitucional 103 publicada em 13/11/2019; PIS: 0,65% e COFINS: 4%. Também é observada pelo Banco e por suas controladas a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 09 "b"). (h) Estimativas contábeis: No processo de elaboração das demonstrações financeiras do Banco e de suas controladas, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com: • Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota explicativa nº 06 "e"); • Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 18); • Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 09 "b"); e • Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 12). A validade dos critérios e premissas utilizadas para a uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados. (i) Ativos e passivos contingentes: Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429, de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros. i) Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Passivos contingentes - fiscais e previdenciários, civis, trabalhistas e prestação de garantias (nota explicativa nº 12) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e risco de crédito em cobranças e garantias prestadas. Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança. O Banco constituiu provisão para cobranças e riscos em garantias prestadas conforme Resolução BACEN nº 4.512, de 28/07/2016, vide nota explicativa nº 12. (j) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco e de suas controladas. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

(03) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(a) As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.592/09 e do Sistema Financeiro Nacional e nº 6.404/79 (Lei das Sociedades por Ações) bem como alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do CMN, do BACEN, da CVM, quando aplicável, incluindo os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36, e consideram as demonstrações financeiras da Alfa Arrendamento Mercantil pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual recebido antecipadamente, tendo sido eliminadas as participações nas empresas consolidadas, os saldos de contas, as despesas e receitas e os lucros não realizados entre empresas. Também foram destacadas as parcelas do lucro líquido e patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores. Essas demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Banco e de suas controladas diretas e indiretas e seus respectivos percentuais de participação:

Table with 4 columns: 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Alfa Arrendamento Mercantil S.A., Alfa Participações Ltda., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., and Alfa FIC de FI Multimercado.

(b) Relatório por segmento

Segmento é um componente distinto de uma entidade que origina produtos ou serviços (segmento de negócio) ou fornece produtos ou serviços dentro de determinado ambiente econômico (segmento geográfico) e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos demais segmentos, cujos resultados operacionais sejam regularmente avaliados pelos principais tomadores de decisões. Os segmentos operacionais reportados são definidos em uma abordagem gerencial do Banco e de suas controladas, ou seja, são aqueles regularmente revisados pela sua Administração para avaliação de performance e alocação de recursos. As atividades do Banco e suas controladas constituem um segmento único, o segmento de ataque, o qual é composto principalmente de operações de capital de giro, aquisição de ativos, repasses do BNDSE, gestão de recursos de terceiros e emissão de títulos como forma de captação.

(04) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

(a) Composição de aplicações interfinanceiras de liquidez por faixas de vencimento

Table with 10 columns: de 1 a 90 dias, de 91 a 360 dias, de 361 a 1.080 dias, Acima de 1.080 dias, Saldo em 31/12/2019, Saldo em 31/12/2018. Rows include Aplicações no mercado aberto, Títulos públicos do tesouro nacional, Posição bancada, Posição financiada.

Table with 10 columns: de 1 a 90 dias, de 91 a 360 dias, de 361 a 1.080 dias, Acima de 1.080 dias, Saldo em 31/12/2019, Saldo em 31/12/2018. Rows include Aplicações em depósitos interfinanceiros, Aplicações em moedas estrangeiras, Total, % Concentração por prazo.

Table with 10 columns: de 1 a 90 dias, de 91 a 360 dias, de 361 a 1.080 dias, Acima de 1.080 dias, Saldo em 31/12/2019, Saldo em 31/12/2018. Rows include Aplicações no mercado aberto, Títulos públicos do tesouro nacional, Posição bancada, Posição financiada.

Table with 10 columns: de 1 a 90 dias, de 91 a 360 dias, de 361 a 1.080 dias, Acima de 1.080 dias, Saldo em 31/12/2019, Saldo em 31/12/2018. Rows include Aplicações em depósitos interfinanceiros, Aplicações em moedas estrangeiras, Total, % Concentração por prazo.

(05) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) Composição de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Table with 10 columns: 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Títulos do tesouro nacional, Letras financeiras do tesouro, Letras do tesouro nacional, Ações de companhias abertas, Notas promissórias, Debêntures, Cédulas de produto rural, Cotas de fundos de investimento, Certificado de recebíveis imobiliários.

(b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento

Table with 10 columns: de 1 a 90 dias, de 91 a 360 dias, de 361 a 1.080 dias, Acima de 1.080 dias, Saldo em 31/12/2019, Valor de custo (b.2). Rows include Títulos do tesouro nacional, Letras financeiras do tesouro, Letras do tesouro nacional, Debêntures, Títulos para negociação (b.3), Notas promissórias, Cédulas de produto rural, Debêntures.

Table with 10 columns: de 1 a 90 dias, de 91 a 360 dias, de 361 a 1.080 dias, Acima de 1.080 dias, Saldo em 31/12/2019, Valor de custo (b.2). Rows include Títulos mantidos até o vencimento, Títulos e valores mobiliários, % Concentração por prazo, Total em 31/12/2018, % Concentração por prazo.

Table with 10 columns: de 1 a 90 dias, de 91 a 360 dias, de 361 a 1.080 dias, Acima de 1.080 dias, Saldo em 31/12/2019, Valor de custo (b.2). Rows include Títulos do tesouro nacional, Letras financeiras do tesouro, Letras do tesouro nacional, Debêntures, Cotas de fundos de investimento, Certificado de recebíveis imobiliários, Títulos para negociação (b.3), Notas promissórias, Cédulas de produto rural, Debêntures.

Table with 10 columns: de 1 a 90 dias, de 91 a 360 dias, de 361 a 1.080 dias, Acima de 1.080 dias, Saldo em 31/12/2019, Valor de custo (b.2). Rows include Títulos mantidos até o vencimento, Títulos e valores mobiliários, % Concentração por prazo, Total em 31/12/2018, % Concentração por prazo.

(b.1) Inclui cotas de fundos de investimentos sem data de vencimento. (b.2) Valor de custo: representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. (b.3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. Os títulos foram classificados nas categorias: - "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda"; o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3. Títulos e valores mobiliários que não possuem cotação no mercado são avaliados através de modelos internos de avaliação que consideram curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas. (i) O ajuste positivo dos títulos para negociação no montante de R\$ 10.573 (31/12/2018 R\$ 30 ajuste negativo) e no consolidado R\$ 10.585 (31/12/2018 R\$ 168 ajuste positivo), obtido entre os valores de custo R\$ 2.325.777 (31/12/2018 R\$ 3.596.083) e consolidado R\$ 2.525.578 (31/12/2018 R\$ 3.759.674) e de mercado R\$ 2.336.350 (31/12/2018 R\$ 3.595.783) e consolidado R\$ 2.536.163 (31/12/2018 R\$ 3.759.842), foi registrado sob o título de "Resultado com títulos e valores mobiliários". (ii) O Banco vendeu todos os títulos classificados como disponíveis para venda com os respectivos efeitos registrados no resultado do período. Em 31/12/2018 o ajuste positivo dos títulos disponíveis para venda no montante de R\$ 4.310 e no consolidado R\$ 3.780 obtido entre os valores de custo R\$ 85.293 e no consolidado R\$ 110.118 e de mercado R\$ 89.603 e no consolidado R\$ 113.898 foi registrado em conta adequada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. - "Títulos mantidos até o vencimento": classificados em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco e de suas controladas em mantê-los até o vencimento, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN. Esses títulos foram mantidos pelo seu valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais foram registrados no resultado do período. O valor de mercado desses títulos na data do balanço totaliza R\$ 454.411 (31/12/2018 R\$ 662.712) e consolidado R\$ 483.094 (31/12/2018 R\$ 686.367). Em 2019, houve a recompra de notas promissórias por parte do emissor no montante de R\$ 275.973. Esta operação gerou um lucro de R\$ 35, líquido de tributos. Os títulos privados são custodiados na B3, os títulos públicos no Selic e as ações na CBLIC.

(c) Composição de títulos vinculados

Table with 10 columns: 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Vinculados a operações compromissadas, Títulos dados em garantia de operações em bolsa, Operações em câmara de liquidação e compensação, Títulos dados em garantia de operações de clearing de câmbio, Títulos dados em garantia em ações judiciais, Total.

(06) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

(a) Composição da carteira de crédito

Table with 10 columns: 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Empréstimos, Financiamentos, Financiamentos rurais, Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados (I), Operações de arrendamento mercantil, Créditos por avais e fianças honradas, Outros créditos (II), Total da carteira, Relações interfinanceiras, Garantias prestadas (III), Total geral.

(I) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados no balanço como adutores de outras obrigações - carteira de câmbio - acrescidas das despesas de adiantamentos concedidos que se encontram, registrados na rubrica "outros créditos - carteira de câmbio" (vide nota explicativa nº 07). (II) Outros créditos está composto por títulos e créditos a receber e devedores por compra de valores e bens (vide nota explicativa nº 08). (III) Garantias prestadas estão registradas em contas de compensação (vide nota explicativa nº 12). O Banco realiza operações de captação através de "letras de crédito do agronegócio" e "letras de crédito imobiliário", classificadas no grupo "recursos de aceites e emissão de títulos", conforme descrito na nota explicativa nº 10, lastreadas na data destas demonstrações financeiras, no individual e no consolidado, no montante de R\$ 758.458 (31/12/2018 R\$ 683.619), sendo R\$ 533.891 (31/12/2018 R\$ 407.010) por operações de crédito e R\$ 224.567 (31/12/2018 R\$ 276.609) por títulos de crédito (classificados no grupo "títulos e valores mobiliários").

(b) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Table with 10 columns: 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Setor Privado, Rural, Indústria, Comércio, Instituições financeiras, Serviços, Pessoas físicas, Total da carteira.

(c) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

Table with 10 columns: 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Parcelas por Faixas de Vencimento, Total, % A Vencer, Vencidos, Total, %.

(d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco: A Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Table with 10 columns: 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Saldo da Carteira de Crédito, Provisão, Saldo da Carteira de Crédito, Provisão. Rows include Níveis de Risco, A Vencer (I) dos, Total, Mínima Exigida, Contábil, A Vencer (I) dos, Total, Mínima Exigida, Contábil.

Table with 10 columns: 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Saldo da Carteira de Crédito, Provisão, Saldo da Carteira de Crédito, Provisão. Rows include Níveis de Risco, A Vencer (I) dos, Total, Mínima Exigida, Contábil, A Vencer (I) dos, Total, Mínima Exigida, Contábil.

(e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Table with 10 columns: 2º Semestre 2019, 2019, 2018, 2019, 2018. Rows include Saldo inicial do período, Complemento líquido de demonstrações, Tributos líquidos dos valores recuperados, Saldo final do período.

Provisão atíngu o saldo de R\$ 48.902 (31/12/2018 R\$ 44.531) e consolidado R\$ 55.191 (31/12/2018 R\$ 54.924), correspondente a 1,6% (31/12/2018 1,5%) e 1,6% no consolidado (31/12/2018 1,7%) do total da carteira, considerando o montante de relações interfinanceiras e fianças prestadas. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/2009, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas. Foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 10.936 (2018 R\$ 32.131) e consolidado R\$ 10.997 (2018 R\$ 33.081) e ocorreram recuperações no montante de R\$ 32.122 (2018 R\$ 4.446) e consolidado R\$ 33.709 (2018 R\$ 5.586). Em 31/12/2019, no individual, não havia saldo de créditos renegociados (31/12/2018 R\$ 32.603) e, no consolidado, R\$ 3.885 (31/12/2018 R\$ 44.058). O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operação de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

(07) CARTEIRA DE CÂMBIO

Table with 10 columns: 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Outros Créditos, Outras Obrigações, Câmbio comprado a liquidar, Câmbio vendido a liquidar, Direitos sobre vendas de câmbio, Obrigações por compras de câmbio, Adiantamentos recebidos, Adiantamentos sobre contratos de câmbio, Rendas a receber, Total.

(08) OUTROS CRÉDITOS E DESPESAS ANTECIPADAS

(a) Outros créditos diversos

Table with 10 columns: 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Títulos e créditos a receber (I), Créditos tributários (nota nº 9 "b"), Depósitos judiciais, Tributos antecipados, Devedores por compra de valores e bens, Outros, Total.

(b) Referem-se a títulos de crédito a receber sem cobertura do cedente, ou retenção de riscos e benefícios, com vencimento até 13/10/2020 a taxa de 4,92% ao ano até 23,14% ao ano. (b) Despesas Antecipadas: Refere-se substancialmente a valores pagos a título de intermediação de negócios às lojas de departamento no montante de R\$ 15.702 (31/12/2018 R\$ zero). Essas despesas são apropriadas ao resultado com base no prazo contratual da operação de crédito.

(09) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

Table with 10 columns: 2º Semestre 2019, Exercícios 2019, 2018. Rows include Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado, Despesa de IRPJ e CSLL, Efeito no cálculo dos tributos, Juros sobre o capital próprio, Contingências fiscais, trabalhistas, civis e garantias prestadas, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Créditos amortizados para prejuízo, Equivalência patrimonial, Ajustes ao valor de mercado, Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, Obrigações fiscais diferidas, Ativo fiscal diferido, Outros valores, Total.

(b) Resultado contabilizado

Table with 10 columns: 2019, 2018. Rows include Resultado contabilizado, (I) Vide nota explicativa nº 02 "g".

(c) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Table with 10 columns: 31/12/2018, Constituição, Realização, 31/12/2019. Rows include Contingências fiscais, trabalhistas, civis e garantias prestadas, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos, Outros créditos tributários (I), Total - créditos tributários, Obrigações fiscais diferidas, Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas, % Sobre patrimônio líquido.

(i) Composto, basicamente, por provisões com participação nos lucros dos funcionários, créditos transferidos para prejuízo, despesas administrativas e pessoal. A Administração do Banco, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 31/12/2019, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá na seguinte proporção:

Table with 10 columns: 1º ano 31%, 2º ano 28%, 3º ano 12%, 4º ano 16%, 5º ano 9%, +5 anos 4%. Rows include Realização dos Créditos Tributários.

Em 31/12/2019, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculadas com base na taxa Selic totaliza R\$ 59.553 (31/12/2018 R\$ 63.406). Os créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas não ativados, representado pela majoração da alíquota da CSLL que foi elevada de 5% para 20% com vigência a partir de 01/03/2020 nos termos do artigo 32 da emenda constitucional 103 publicada em 13/11/2019, totalizaram R\$ 8.065 (em 31/12/2018 estavam constituídos na sua totalidade).

(10) DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

Composição dos recursos captados por prazos de vencimento

Table with 10 columns: de 1 a 90 dias, de 91 a 360 dias, de 361 a 1.080 dias, Acima de 1.080 dias, Total. Rows include Depósitos interfinanceiros, Depósitos a prazo (I), Total de depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de aceites e emissão de títulos, Letras financeiras, Letras de crédito do agronegócio, Letras de crédito imobiliário, Obrigações por empréstimos no país, Obrigações por empréstimos no exterior, Obrigações por repasses do país (II), Obrigações por repasses do exterior, Total de depósitos e captações, % Concentração por prazo.

Table with 10 columns: de 1 a 90 dias, de 91 a 360 dias, de 361 a 1.080 dias, Acima de 1.080 dias, Total. Rows include Depósitos interfinanceiros, Depósitos a prazo (I), Total de depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de aceites e emissão de títulos, Letras financeiras, Letras de crédito do agronegócio, Letras de crédito imobiliário, Obrigações por empréstimos no país, Obrigações por empréstimos no exterior, Obrigações por repasses do país (II), Obrigações por repasses do exterior, Total de depósitos e captações, % Concentração por prazo.

Table with 10 columns: de 1 a 90 dias, de 91 a 360 dias, de 361 a 1.080 dias, Acima de 1.080 dias, Total. Rows include Depósitos interfinanceiros, Depósitos a prazo (I), Total de depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de aceites e emissão de títulos, Letras financeiras, Letras de crédito do agronegócio, Letras de crédito imobiliário, Obrigações por empréstimos no país, Obrigações por empréstimos no exterior, Obrigações por repasses do país (II), Obrigações por repasses do exterior, Total de depósitos e captações, % Concentração por prazo.

Table with 10 columns: de 1 a 90 dias, de 91 a 3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM R\$ MIL

Odvidoria: 0800-7220140

(11) OUTRAS OBRIGAÇÕES
(a) Fiscais e previdenciárias

| | Individual | | Consolidado | |
|--|---------------|--------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 09 "b") | 5.983 | 2.621 | 6.097 | 5.360 |
| Impostos e contribuições a recolher | 5.614 | 4.550 | 12.100 | 8.971 |
| Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro | - | - | 6.910 | 9.433 |
| Total | 11.597 | 7.171 | 25.107 | 23.764 |

(12) PASSIVOS CONTINGENTES
O Banco e suas controladas, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos. As provisões constituídas e respectivas movimentações em 2019 estão demonstradas a seguir:

| | Individual | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Provisão para despesas de pessoal e administrativas | 15.466 | 13.490 | 17.581 | 16.628 |
| Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota 12) | 14.392 | 12.541 | 15.046 | 15.726 |
| Provisão para garantias prestadas (nota 12) | 7.615 | 7.960 | 7.615 | 7.960 |
| Provisão para contingências trabalhistas (nota 12) | 4.120 | 5.384 | 5.033 | 5.576 |
| Provisão para contingências cíveis (nota 12) | 1.963 | 3.055 | 2.416 | 4.196 |
| Credores diversos | 1.815 | 1.882 | 2.112 | 2.231 |
| Total | 45.371 | 44.312 | 49.803 | 52.317 |

(a) Saldo inicial em 01/01/2019

| | Individual | | Consolidado | |
|--------------------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|
| | (a) | (b) | (c) | (d) |
| Saldo inicial em 01/01/2019 | 12.541 | 5.384 | 3.055 | 7.960 |
| (+) Complemento líquido de reversões | 1.287 | 3.774 | (1.139) | (345) |
| (-) Atualização | 564 | - | - | - |
| (-) Pagamentos | - | (5.038) | (1) | - |
| Saldo final em 31/12/2019 | 14.392 | 4.120 | 1.915 | 7.615 |

(a) Saldo inicial em 01/01/2019

| | Individual | | Consolidado | |
|--------------------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|
| | (a) | (b) | (c) | (d) |
| Saldo inicial em 01/01/2019 | 17.526 | 5.576 | 4.196 | 7.960 |
| (+) Complemento líquido de reversões | (1.297) | 4.739 | (1.258) | (345) |
| (-) Atualização | 617 | - | - | - |
| (-) Pagamentos | - | (5.282) | (522) | - |
| Saldo final em 31/12/2019 | 15.046 | 5.033 | 2.416 | 7.615 |

(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial. As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável. Essas provisões encontram-se registradas no exígvel a longo prazo, na rubrica "provisão para passivos contingentes" do grupo "outras obrigações - diversas", e levam em conta as datas esperadas de pagamento. Passivos contingentes de natureza fiscal e previdenciária classificadas como risco de perda possível: O Banco e suas controladas possuem outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução CMN nº 8.823, de 16/12/09, no montante de R\$ 1.152 (31/12/2018 R\$ 562) e no consolidado R\$ 1.465 (31/12/2018 R\$ 860). (b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter as indenizações referentes a pretensões direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exígvel a longo prazo, na rubrica "provisão para passivos contingentes" do grupo "outras obrigações - diversas", e leva em conta as datas esperadas de pagamento (vide nota explicativa nº 11 "b"). As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto considerando histórico de pagamentos feitos pelo Banco e por suas controladas a este título. As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 2.992 (31/12/2018 R\$ 2.301) e consolidado R\$ 3.926 (31/12/2018 R\$ 3.447). (c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exígvel a longo prazo, na rubrica "provisão para passivos contingentes" do grupo "outras obrigações - diversas". Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável. No consolidado, as contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram, na data destas demonstrações financeiras, R\$ 2.274 (31/12/2018 R\$ 6.010), representadas principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes. (d) A provisão para garantias financeiras prestadas foi constituída com base na melhor estimativa no montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. Os montantes garantidos eram de R\$ 1.810.972 (31/12/2018 R\$ 1.710.789) e consolidado R\$ 1.810.787 (31/12/2018 R\$ 1.706.356) referente a fianças prestadas e de R\$ 18.239 (31/12/2018 R\$ 36.744) referente a créditos abertos para importação. As provisões constituídas no individual e consolidado eram, respectivamente, R\$ 5597 (31/12/2018 R\$ 7.945) e R\$ 18 (31/12/2018 R\$ 15).

(13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Individual | | Consolidado | |
|--|------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Capital social: Dividido em 53.482.129 (31/12/2018 53.482.129) ações ordinárias e 35.118.455 (31/12/2018 35.118.455) ações preferenciais, sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2019, homologada pelo BACEN em 26/06/2019, aprovou o aumento do capital social para R\$ 697.200 mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 18.200. (b) Dividendos: O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 35 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995. (i) Cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio sobre o Lucro Líquido Anual: | 67.152 | 56.036 | 67.152 | 56.036 |
| (-) Reserva legal | (3.358) | (2.802) | (3.358) | (2.802) |
| Lucro líquido ajustado | 63.794 | 53.234 | 63.794 | 53.234 |
| Juros sobre o capital próprio - valor bruto | 19.917 | 18.988 | 19.917 | 18.988 |
| (-) Imposto de renda na fonte - 15% | (2.928) | (2.850) | (2.928) | (2.850) |
| Juros sobre o capital próprio - valor líquido | 16.989 | 16.148 | 16.989 | 16.148 |
| Os juros sobre capital próprio atingiram R\$ 19.517 no exercício (2018 R\$ 18.998), correspondendo ao valor bruto de R\$ 555,74 (2018 R\$ 540,97) por lote de mil ações preferenciais; em 2019 e 2018, não houve pagamento para ações ordinárias. Os juros sobre o capital próprio referentes ao primeiro semestre totalizaram R\$ 5.327 (2018 R\$ 8.279), correspondendo ao valor bruto de R\$ 151,68 (2018 R\$ 235,75) por lote de mil ações preferenciais. Para o segundo semestre de 2019 foi aprovado o valor de R\$ 14.190 (2018 R\$ 10.719) correspondente a R\$ 404,06 (2018 R\$ 305,22) por lote de mil ações preferenciais. A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado do Banco em R\$ 7.807 (2018 R\$ 8.549) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Carta Circular BACEN nº 3.935/19, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais. | 779.131 | 749.696 | 779.131 | 749.696 |

(I) A realização da reserva de lucros a realizar ocorre na medida em que as reservas de lucros nas controladas forem efetivamente realizadas ou distribuídas. No exercício não foi realizada a parcela de reserva de lucros a realizar em conformidade com a Lei nº 6.404/76, com alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, tendo em vista que sua controlada BRI Participações Ltda. não distribuiu efetivamente parcela de seus lucros. (d) **Ações em tesouraria:** Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do artigo 18, inciso IX, do Estatuto Social do Banco, em 13 de março de 2019, o Conselho de Administração aprovou o "Programa de Recompra" de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação, no valor total de até R\$ 2.800, sem redução de capital social. Poderão ser adquiridas até (a) 330.000 ações ordinárias e (b) 100.000 ações preferenciais. O prazo para execução do programa é de no máximo 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho. Durante o exercício, foram adquiridas 43.700 ações ordinárias registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 277, em 31/12/2019, os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON eram de R\$ 5,80, R\$ 6,34 e R\$ 8,00, respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 31/12/2019, era de R\$ 8,78 por ação ON e R\$ 8,90 por ação PN.

(14) RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

| | Individual | | Consolidado | |
|---|------------------|-----------------|----------------|----------------|
| | 2º Semestre 2019 | Exercícios 2019 | 2019 | 2018 |
| Rendas de financiamentos | 61.667 | 115.800 | 120.004 | 120.004 |
| Rendas de empréstimos e repasses interfinanceiros | 45.926 | 94.404 | 87.392 | 87.392 |
| Rendas de créditos por avais e fianças | - | - | - | - |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo | 2.171 | 15.035 | 3.674 | 3.674 |
| Total | 109.764 | 225.239 | 211.188 | 211.188 |

(b) Resultado de operações de arrendamento mercantil

| | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|
| | 2019 | 2018 |
| Resultado na alienação de bens de arrendamento | 24.667 | 8.549 |
| Rendas de arrendamento financeiro | 10.234 | 30.473 |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo | 913 | 325 |
| Total | 35.814 | 39.347 |

(15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
(a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo BACEN, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

| | Individual | | Consolidado | |
|--|-------------------|---------------------|---------------------|-----------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 2019 | 2018 |
| Ativos (passivos) | Ativos (passivos) | Receitas (despesas) | Receitas (despesas) | |
| Disponibilidades | 1.786 | 2.364 | - | - |
| - Outras partes relacionadas (1) | 1.786 | 2.364 | - | - |
| Banco Alfa S.A. | 1.786 | 2.364 | - | - |
| Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1) | 3.433.987 | 1.842.532 | 159.143 | 140.672 |
| - Controladas | (429.682) | (856.738) | (55.344) | (46.998) |
| - Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. | (50.060) | (53.407) | (4.111) | (1.285) |
| - Alfa Arrendamento Mercantil S.A. | (379.622) | (803.331) | (51.853) | (45.613) |
| - Outras partes relacionadas (1) | 3.863.669 | 2.699.270 | 215.107 | 187.570 |
| Banco Alfa S.A. | (84.344) | (65.214) | (2.879) | (2.870) |
| Financieira Alfa S.A.-CFI | 3.948.013 | 2.764.484 | 217.986 | 190.440 |
| Aplicações (Captações) no mercado aberto - Outras partes relacionadas (1) | - | 168 | 168 | 166 |
| Banco Alfa S.A. | - | 168 | 168 | 166 |
| Relações Interfinanceiras - aquisição de ativos | 197.093 | 6.957 | - | - |
| - &C Casa e Construção Ltda. | 197.093 | 6.957 | - | - |
| - &C Casa e Construção Ltda. | 185.115 | 6.957 | - | - |
| - Companhia Transamérica de Hotéis | 11.978 | - | - | - |
| Negociação e intermediação de valores - Controlada | (878) | 954 | - | - |
| - Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. | (878) | 954 | - | - |
| Carteira de crédito - aquisição de ativos | 2.482 | - | 132 | - |
| - Outras partes relacionadas | 2.482 | - | 132 | - |
| - Companhia Transamérica de Hotéis | 2.482 | - | 132 | - |
| Outros crédito - aquisição de ativos | 16.926 | - | 1.268 | - |
| - Outras partes relacionadas | 16.926 | - | 1.268 | - |
| - &C Casa e Construção Ltda. | 16.926 | - | 1.268 | - |
| - Controladas e capital próprio e dividendos | (6.469) | (4.157) | - | (11.078) |
| - &C Casa e Construção Ltda. | (6.469) | (4.157) | - | (11.078) |
| - Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. | 1.196 | 1.390 | - | - |
| - Alfa Arrendamento Mercantil S.A. | - | 257 | - | - |
| - Controlador | (3) | (2) | - | (4) |
| - Pessoa física | (3) | (2) | - | (4) |
| - Pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora | (3.170) | (2.394) | - | (4.570) |
| - Outras partes relacionadas (1) | (4.512) | (3.408) | - | (6.504) |
| - Corumbal Participações e Administrações Ltda. | (4.508) | (3.405) | - | (6.499) |
| - Pessoa física | (4) | (3) | - | (5) |
| Depósitos e prazo | (339.422) | (9.535) | (7.406) | (519) |
| - Controlada | (219.780) | - | (5.061) | - |
| - Bri Participações Ltda. | (219.780) | - | (5.061) | - |
| - Pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora | (23.445) | (4.834) | (481) | (315) |
| - Outras partes relacionadas (1) | (96.197) | (7.001) | (1.864) | (200) |
| - Consórcio Alfa de Administração S.A. | (34.813) | - | (275) | - |
| - Alfa Holdings S.A. | (4.409) | - | (36) | - |
| - Corumbal Participações e Administrações Ltda. | (3.446) | - | (41) | - |
| - Corumbal Corretora de Seguros Ltda. | (2.310) | - | (35) | - |
| - Metro Sistemas e Informática Ltda. | (2.839) | - | (54) | - |
| - Metro Tecnologia e Informática Ltda. | (37.630) | - | (578) | - |
| - Pessoa física | (10.770) | (4.701) | (845) | (200) |

Recursos de emissão de títulos

| | 31/12/2019 | | 31/12/2018 | |
|--|-------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| | Ativos (passivos) | Ativos (passivos) | Receitas (despesas) | Receitas (despesas) |
| - Controlada | (57.653) | (75.470) | (5.202) | (6.864) |
| - Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. | - | (2.226) | - | (7) |
| - Outras | - | (2.226) | - | (7) |
| - Pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora | (11.848) | (11.342) | (891) | (1.223) |
| - Outras partes relacionadas (1) | (45.805) | (61.902) | (4.311) | (5.634) |
| - Corumbal Participações e Administrações Ltda. | - | 780 | - | (866) |
| - Pessoa física | (45.805) | (61.902) | (4.311) | (4.768) |
| - Controladas (2) | 780 | 714 | (8,771) | (8,970) |
| - Outras partes relacionadas (1) | 69 | 83 | 4 | 10 |
| - Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. | 67 | 45 | - | - |
| - Alfa Arrendamento Mercantil S.A. | 2 | 38 | 4 | 10 |
| - Outras partes relacionadas (1) | 711 | 631 | (8.775) | (8.980) |
| - Banco Alfa S.A. | 43 | 39 | - | - |
| - Financieira Alfa S.A.-CFI | 377 | 329 | - | - |
| - Instituto Alfa de Cultura | - | - | (71) | (65) |
| - Metro Sistemas e Informática Ltda. | - | - | (2.018) | (1.849) |
| - Metro Tecnologia e Informática Ltda. | - | - | (616) | (750) |
| - Metro Taxi Aéreo Ltda. | - | - | (6.070) | (6.316) |
| - Pessoa física | 221 | 196 | - | - |
| - Outras | 70 | 66 | - | - |

Todas as transações entre o Banco e partes relacionadas são efetuadas a preços e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações. (1) Realizadas com pessoas físicas e/ou jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas. (2) Referem-se, basicamente, à sublocação de imóvel com empresas do Conglomerado de acordo com contrato mantido entre as partes e serviços contratados junto a entidades do Conglomerado. (b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho de Administração e Diretoria. No exercício, no individual, o montante registrado foi de R\$ 15.284 (2018 R\$ 14.103) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria. O Banco não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração. (b.1) Em 29/10/2018, o BACEN editou a Resolução nº 4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019, as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber: • Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito; • Artigo 7º: Limites - O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais: a) 1% para a contratação com pessoa natural e b) 5% para a contratação com pessoa jurídica. (c) Participação acionária: Os membros do Conselho de Administração possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária, em 31 de dezembro de 2019: Ordinárias 3,659%, Preferenciais 26,287% e do total de ações de 12.6285%.

(16) GERENCIAMENTO DE RISCOS
Risco Corporativo: O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Conglomerado Prudencial Alfa ("Prudencial") sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido mantenha-se sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco. O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Prudencial. Os riscos, falhas e/ou deficiências que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Prudencial devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Riscos alinhada com as premissas e limites definidos nas Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração. O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que, além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha, também, o papel de disseminar da cultura de mitigação e gerenciamento de risco no Prudencial. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao *Chief Risk Officer* (CRO) que, por sua vez, reporta-se à Alta Administração. Em atendimento às Resoluções BACEN nºs 4.557/2017 e 4.327/2014, o Prudencial mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: [www.alfanet.com.br/Sobre o Alfa - Gerenciamento de Riscos e de Capital](http://www.alfanet.com.br/Sobre%20o%20Alfa%20-%20Gerenciamento%20de%20Riscos%20e%20de%20Capital). **Risco de Mercado:** Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Prudencial, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Prudencial exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria. **Risco de Liquidez:** O Prudencial deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Prudencial deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações. **Risco de Crédito:** O Prudencial tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso, devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência seja aplicado na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos à Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas. **Risco Operacional:** O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional associado aos produtos e aos fluxos operacionais das principais atividades do Prudencial, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores. O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Prudencial, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da Instituição sejam adequadas e eficientes. A contínua avaliação destes riscos deverá ocorrer nos procedimentos que possam manter o Prudencial exposto a um nível aceitável de risco. O Prudencial, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes

☆ continuação CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - Presidente
Humberto Mourão de Carvalho
Fernando Pinto de Moura
Luiz Alves Paes de Barros
Rubens Garcia Nunes

DIRETORIA

Adilson Augusto Martins Júnior
Camila da Silva Zago

Fabio Alberto Amoroso - Diretor Presidente
Ana Paula Soler Moreno Fachim
Fabiano Siqueira de Oliveira
Rubens Bution

Antonio José Ambrozano Neto
Juscelino Silvío Florido

CONTADORA

Eliane Carolina Quaglio Arjona
CRC 1SP 232846/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do **Banco Alfa de Investimento S.A.** São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco"), identificadas como individual e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Alfa de Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme descrito nas notas explicativas nº 02 e nº 06, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, adiantamentos sobre os contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, obedece aos critérios mínimos exigidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, divididos em nove faixas de risco, sendo "AA" o melhor rating e "H" o pior rating, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. O Banco e suas controladas constituem, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseiam em análises internas e na conjuntura econômica, setorial e individual de cada cliente para avaliar tal necessidade. As premissas utilizadas visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido à relevância das operações de crédito, adiantamentos sobre os contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, aos julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação das operações de crédito, adiantamentos sobre os contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, formalização das análises e revisões de riscos de crédito, a sua inclusão no sistema e, com o auxílio de nossos especialistas na área de tecnologia, a interface entre o referido sistema e a contabilidade. Adicionalmente analisamos, com base em amostragem, as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, tais como atraso na operação e deterioração das condições do tomador de crédito. Com base em amostragens, analisamos documentos suporte preparados pelo Banco e suas controladas para fundamentar o cálculo, a contabilização e divulgação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com os requerimentos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682. Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, tomadas em conjunto.

Provisão e Passivos Contingentes - trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 02 e nº 11, o Banco e suas controladas constituem, considerando a avaliação de assessores legais, provisão para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso de suas operações. Para determinação do valor das estimativas é considerada a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento de tribunais, o histórico de perdas e outros critérios adotados pelo Banco e suas controladas. As premissas utilizadas são formalizadas em políticas institucionais e visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido ao grau de julgamento e à especificidade na classificação do risco de uma demanda judicial, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles relativos ao cadastro, avaliação do risco, cálculo e registro da provisão, acompanhamento do processo e encerramento. Avaliamos a adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e passivos contingentes. Por amostragem, realizamos procedimentos de auditoria quanto às constituições, reversões e suficiência da provisão. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Avaliamos a adequação das premissas utilizadas na metodologia da mensuração dos valores, a memória de cálculo da provisão, os dados e informações históricas e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que o Banco e suas controladas estão envolvidos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, tomadas em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração do Banco e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração do Banco e suas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO 2º SEMESTRE DE 2019**Controles Internos**

O Comitê considerou eficazes as atividades desenvolvidas, entendendo-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é objeto de análise pela área responsável, auditoria interna e externa, fazendo com que o Comitê julgue o sistema de controles internos adequado ao porte e complexidade de seus negócios.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Discussão sobre os processos das várias empresas do Conglomerado com relação à prevenção de lavagem de dinheiro, tendo em vista as suspeições ou desabonos que possam existir. A Circular BACEN nº 3.978 e a Instrução CVM nº 617 aumentarão o trabalho do próximo semestre para o enquadramento e testes com os novos grupos de PEPS.

Auditoria Externa e Interna

As empresas responsáveis pela Auditoria externa são a KPMG Auditores Independentes e a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A..

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 31/12/2019; b) prévia do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; e c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do terceiro trimestre de 2019.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: (i) O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019, elaborados com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e, no que não conflitam, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; (ii) As Demonstrações Financeiras Consolidadas encerradas

em 31.12.2019, comparadas com as Demonstrações Financeiras Consolidadas encerradas em 31.12.2018, preparadas com base no IFRS, de acordo com as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), em atendimento à Resolução nº 3.786/09, à Circular nº 3.516/10 e ao Comunicado nº 14.259/06, todos do Banco Central do Brasil; e (iii) O Estudo

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes; incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 17 de março de 2020

Marco Antonio Pontieri
Contador - CRC 1SP153569/O-0

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações. Ressalta-se, ainda, que durante esse período, o Comitê de Auditoria, em nenhum momento, foi acionado, nem tampouco se deparou com qualquer situação, que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias, na condução de suas atividades.

Há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada em seus trabalhos, que viessem a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado, daí se concluindo como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras, do semestre encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo - SP, 17 de março de 2020

Paulo Aluizio Machado de Andrade
Cidlene Justino de Souza
Fernando Luiz Ramos Pompeia

Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários".

São Paulo - SP, 17 de março de 2020

Paulo Caio Ferraz de Sampaio
José Antonio Rigobello
Rubens Barletta
Valter dos Santos